



Situando Longino no debate sobre os valores na ciência

Rodrigo CRISTINO DE FARIA

Esta nota procura relacionar as ideias de Helen Longino – tal como apresentadas em seu artigo “Valores, heurística e política do conhecimento” – com as de outros filósofos, especialmente na questão dos valores na ciência. Após uma introdução sobre o papel dos valores na ciência a partir de Thomas Kuhn, apresento algumas ideias de Longino. Em seguida, procuro relacionar essas ideias com aquelas de outros filósofos da ciência, tanto aqueles que não aceitam a presença de valores na ciência, como Susan Haack, quanto outros que os aceitam, ainda que de modo mais ou menos diverso do empregado por Longino, como Elizabeth Anderson e Hugh Lacey.

As filosofias da ciência elaboradas pelas feministas, apesar de suas diferentes e por vezes conflitantes formulações, compartilham duas características básicas. Em primeiro lugar, essas filosofias são uma forma de epistemologia social, que discorda da ideia de um sujeito do conhecimento individual – ainda que algumas autoras, como Louise Antony (1995), defendam o individualismo epistemológico –, genérico e autossuficiente (cf. Potter, 1993; Grasswick, 2013), e que procura mostrar como as relações sociais (no caso das feministas, as de gênero) moldam os vários aspectos ligados à produção e à difusão do conhecimento. Em segundo lugar, elas apresentam não apenas preocupações epistemológicas, ligadas a diferentes conceitos de objetividade científica (cf. Anderson, 1995; Grasswick, 2013), mas também objetivos ético-pragmáticos que visam “desmantelar (eliminar, finalizar) a opressão e a subordinação das mulheres” (Longino, 2017, p. 48).

Sandra Harding (1986, p. 24) propôs a classificação das várias filosofias feministas da ciência em três categorias: teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint theory*), a pós-modernista e a do empirismo feminista. Ainda que as recentes formulações (incluindo as de Helen Longino) desafiem essas categorias estanques, elas ainda são úteis para uma aproximação aos debates internos ao feminismo sobre a ciência. Longino pode, assim, ser considerada uma das expoentes do empirismo feminista, corrente que propõe o estudo da ciência segundo uma abordagem naturalizada que assume a impossibilidade tanto de uma justificação extracientífica da ciência, quanto de uma separação rígida entre fatos e valores.

A discussão sobre os valores na ciência ganha força com o artigo “Objetividade, juízo de valor e escolha de teoria”, em que Thomas Kuhn procura responder aos críti-

cos que interpretavam a sua filosofia como uma “psicologia de massas” (Kuhn, 1977, p. 321). Para esses críticos, a posição de Kuhn era a de que não havia nenhuma base racional para a escolha entre teorias rivais além da preferência do grupo, e que a ciência se tornava assim uma empresa meramente persuasiva ou retórica, em que a teoria que agregasse o maior número de adeptos podia ser considerada como o paradigma a partir do qual as pesquisas posteriores seriam desenvolvidas.

Para responder a esses críticos, Kuhn elabora uma lista de cinco valores com base nos quais os cientistas escolhem entre teorias. São eles: precisão, consistência (interna e externa), abrangência, simplicidade e fecundidade.¹ Para ele, esses valores fazem com que a escolha de teorias seja objetiva, pois eles são “atributos permanentes da ciência” (Kuhn, 1977, p. 335), tanto no nível descritivo – por aparecerem na história da ciência como critérios de seleção entre teorias – quanto no normativo – uma boa teoria deve apresentá-los. Além disso, eles são independentes dos valores pessoais ou sociais dos cientistas, pois, enquanto valores cognitivos, eles são diferentes de outras espécies de valores, tais como os morais, os religiosos, os estéticos etc.

Com isso, os fundamentos para a escolha de teorias são tomados como puramente cognitivos, e não sofrem influências explícitas ou implícitas de considerações políticas ou sociais. Uma teoria científica deve ser aceita com base nesses valores cognitivos, e apenas neles; nenhuma consideração de ordem externa à ciência deve tomar lugar nesse processo. Kuhn acredita, então, que pode eliminar assim os perigos do subjetivismo e do relativismo que, segundo seus críticos, rondavam sua teoria da ciência. Os únicos valores que determinam as escolhas de teorias são os valores cognitivos, bases comuns e compartilhadas – atributos da ciência – que permitem a objetividade. A ciência, portanto, é livre de valores.²

Longino critica essa visão a partir da tese da subdeterminação da teoria pelos dados. Para a filósofa, não há uma relação direta entre evidência e hipótese, e isso por causa de uma lacuna semântica entre os termos utilizados na descrição dos dados relevantes e das hipóteses. Dada a tese da subdeterminação, os dados empíricos podem fornecer evidência para hipóteses diferentes, e são necessários pressupostos de fundo para que o cientista os tome como evidência relevante, de forma que cientistas com diferentes pressupostos de fundo usarão os mesmos dados como evidência para hipóteses diferentes. Como diz Elizabeth Potter,

Longino mantém, contrariamente ao empirismo tradicional, que objetos, eventos e estados de coisas que fornecem evidência para hipóteses, modelos e teo-

¹ Neste texto, não analisarei cada um desses itens que, ademais, são amplamente conhecidos e discutidos na tradição da filosofia da ciência. Kuhn diz que eles são “critérios usuais para avaliar a adequação de uma teoria” e que “concorda com a visão tradicional de que eles têm um papel vital quando cientistas devem escolher entre uma teoria estabelecida e uma nova competidora” (Kuhn, 1977, p. 322). Para listas diferentes de valores cognitivos, ver Lacey, 1999a, p. 52-3.

² Quando uso o termo “valores”, sem especificações, refiro-me aos vários valores que não os cognitivos.

rias não carregam rótulos mostrando para quais delas eles são evidência (Potter, 2006, p. 117).

A mediação entre dados e hipóteses é feita, então, por valores superempíricos, isto é, outros que a mera adequação empírica, incapaz de ajuizar entre hipóteses rivais sustentadas igualmente pelos dados.³ Longino afirma que, uma vez aceita a tese da subdeterminação, os fatores que medeiam entre dados e hipóteses podem ser apreendidos a partir de um ponto de vista naturalístico ou normativo; na prática, porém, esses fatores são apresentados geralmente a partir de uma perspectiva que confunde os dois pontos de vista, como algo que os cientistas realmente utilizam e que também devem utilizar (cf. Longino, 1994, p. 476).

Por causa dos pressupostos de fundo, os valores entram na ciência em diferentes níveis, da observação dos dados à aplicação de uma teoria. Longino considera que a lista de valores cognitivos de Kuhn é apenas um exemplo de valores superempíricos que podem ser utilizados, sem prejuízo de valores alternativos. Além disso, Longino considera que a própria ideia de que esses valores tradicionais são puramente epistêmicos e distintos de outros valores é problemática (Longino, 1995, p. 384). Para ela, os valores cognitivos tradicionais levam aos contextos de julgamento científico valores sociopolíticos significantes, ligados aos diversos objetivos possíveis para a pesquisa, objetivos esses que não podem ser apenas a busca da verdade *per se*, mas a busca de verdades relevantes para determinada comunidade.⁴ Assim, os valores que medeiam entre os dados e as hipóteses (considerando a tese da subdeterminação) são ditados pelos objetivos dos vários grupos.

Para mostrar isso, Longino elabora uma lista alternativa de valores cognitivos baseados em virtudes endossadas pelas feministas. O ponto é mostrar que esses valores são tão aplicáveis quanto aqueles tradicionais. A lista de Longino contém os seguintes valores (além da adequação empírica): “a novidade, a heterogeneidade ontológica, a complexidade ou mutualidade da interação, a aplicabilidade às necessidades humanas correntes e a descentralização do poder ou o empoderamento universal” (2017, p. 40). Para Longino, esses valores não expressam necessariamente um modo de ver feminino, mas antes são úteis por permitirem uma investigação que está adequada aos objetivos das feministas. A escolha de teorias deve ser feita a partir desses valores, o que irá garantir que as pesquisas conformem-se a esses objetivos.

3 Essa ideia aparece sob outras roupagens e em outros contextos. Para Bas van Fraassen, por exemplo, a adequação empírica e a consistência interna não são critérios suficientes para a escolha e aceitação de teorias, devendo ser complementados por outros valores defendidos pragmaticamente. “Não podemos advogar a aceitação de uma teoria baseados em ela ser verdadeira (ou empiricamente adequada) (...), mas apenas baseados naquilo que podemos apontar (...) como razão para a aceitação” (van Fraassen, 2007, p. 340).

4 Nesse aspecto, as ideias de Longino aproximam-se daquelas de Sandra Harding (1993), segundo a qual a objetividade só pode ser alcançada a partir do reconhecimento do caráter situado dos vários grupos epistêmicos e de suas diferentes aspirações e pontos de vista.

Mas não apenas a escolha de teorias, pois Longino entende cada conjunto de valores cognitivos – mais as “regras para a coleta de dados” e os “princípios de inferência” (2017, p. 52) como uma heurística, isto é, como parte de um “pano de fundo comum”, ensinado ao pesquisador, e que o ajuda a “identificar um padrão ou ordem no mundo empírico” (2017, p. 45). A filósofa afirma que existem diferentes heurísticas – sem haver, portanto, alguma que seja uma norma universal (cf. p. 46) – e que diferentes heurísticas favorecerão diferentes hipóteses sobre um mesmo fenômeno. Além disso, e esse é um ponto importante, a heurística não atua somente no momento de seleção das teorias, mas em todos os processos temporais e lógicos da pesquisa. Assim, a heurística constituída pelos valores cognitivos tradicionais, ensinada como sendo a única, guia a formação de hipóteses e modelos, impedindo pesquisas com heurísticas alternativas e, principalmente, tornando invisíveis a subdeterminação da teoria pelos dados e o papel do gênero na ciência.

Cada heurística liga-se aos objetivos cognitivos de uma determinada comunidade, e assim é tanto provisória – deve ser mantida enquanto forem úteis para alcançar esse objetivo – quanto local – possuindo reivindicação normativa apenas em relação àquela comunidade. A partir disso, como garantir a objetividade da ciência? Longino apresenta duas soluções relacionadas: um procedimento democrático de discussão e o pluralismo. Para Longino, é a interação entre os membros de uma comunidade epistêmica, e também entre diversas comunidades, que permite a crítica dos pressupostos embutidos na ciência. Como os pressupostos de fundo são diferentes de acordo com a comunidade à qual o cientista pertence, esse processo de crítica deve ser público para que os diversos grupos sejam contemplados na produção da ciência. O processo de crítica científica pública deve ter quatro características (Longino, 1996, p. 40; 2002, *passim*; 2017, p. 51):

- (a) “fóruns publicamente reconhecidos” com espaços para discussão dos resultados científicos;
- (b) “incorporação das críticas”: deve haver respostas – e não apenas tolerância – a essas críticas, em última instância com mudanças nas teorias;
- (c) “padrões publicamente reconhecidos”: ideais normativos para a crítica, em relação aos quais teorias, hipóteses e práticas observacionais são discutidas;
- (d) “igualdade (ou igualdade moderada) da autoridade intelectual”: deve haver igualdade de autoridade – ainda que moderada, para levar em conta os diversos níveis de expertise entre os membros da(s) comunidades(s) –, ou seja, não deve haver exclusão de determinados grupos da discussão.

A ciência assim feita será “aberta ao pluralismo” (2017, p. 52), no sentido de não pressupor que o objetivo da pesquisa “[seja] e [deva] ser uma relação unificada, compreensiva e completa dos fenômenos” (Longino, 2015, *on line*), ou seja, uma ciência monista. Isso porque a tese da subdeterminação das teorias faz com que seja impossível (e pragmaticamente indesejável) que haja padrões únicos de avaliação de teorias. Esses padrões, que aparecem no item (c) acima, são e devem ser determinados a partir dos interesses das comunidades. Longino se insere, assim, em uma tradição de defesa do pluralismo, entendido como processo social e aberto à crítica, que abarca autores como John Stuart Mill e Paul Feyerabend (cf. Lloyd, 1997). O pluralismo de Longino não é metafísico, isto é, não se baseia em uma pressuposição acerca da complexidade do mundo. Sua posição é epistemológica, e permite que até mesmo visões inconsistentes do mesmo fenômeno sejam classificadas como conhecimento (cf. Longino, 2017, p. 52). Para ela, o desacordo possível entre as teorias aceitas pelos diversos grupos reflete o interesse na obtenção de conhecimentos de diferentes faces de um mesmo fenômeno.

Longino não considera que sua lista de valores seja definitiva, mas pretende que através dela tenha mostrado como os próprios valores cognitivos – sejam os da sua lista ou os de Kuhn – são relacionados aos objetivos dos vários grupos sociais e epistêmicos. Qualquer valor utilizado na avaliação de teorias, sejam os de Kuhn ou os de Longino, apresenta diversas fundamentações (cognitivas, estéticas, sociais etc.), o que torna impossível uma classificação dos valores em categorias estanques (Longino, 1994, p. 480). Isso poderia indicar que os diferentes grupos podem utilizar seus próprios valores para avaliar e escolher teorias que estejam de acordo com suas pretensões políticas. O que isso quer dizer para o conhecimento? A própria Longino reconhece que a ausência de valores cognitivos universais poderia gerar uma “anarquia global”, ou uma “tirania da maioria” (1996, p. 54). Para ela, entretanto, as quatro características da crítica pública podem corrigir essas distorções ao propor uma objetividade pluralística, na qual as teorias aceitas são aquelas que passam por procedimento democrático com base em valores socialmente compartilhados e devidamente explicitados pela crítica.

As ideias de Longino sustentam que a ciência é permeada de valores, e isso nem sempre é visto com bons olhos. Vários críticos apontam que tal ciência pode servir a interesses políticos nem sempre inofensivos. Kristen Intemann critica o pluralismo de Longino. Para ela, os requisitos de incorporação das críticas e de igualdade epistêmica pressupõem uma neutralidade dos valores, o que pode legitimar e justificar teorias com fins opressivos: “assim, os desafios levantados por criacionistas, racistas e sexistas necessitariam ser levados em conta seriamente pelos outros dentro de uma comunidade científica” (Intemann, 2011, p. 121). Susan Haack aponta que uma ciência assim praticada ameaça “a integridade da investigação e a liberdade de pensamento”

(Haack, 1993, p. 38). Ela discorda da tese da subdeterminação, que considera um dos principais aspectos das filosofias feministas da ciência, e diz que a resposta para uma ciência permeada de valores – por exemplo, valores androcêntricos – não é mais ciência permeada por (outros) valores, mas antes a exclusão desses elementos espúrios da ciência ou, no mínimo, a suspensão do juízo até que mais evidência esteja disponível: boa ciência não é aquela guiada por valores outros que a busca da verdade.

Haack não concorda com a quebra da distinção entre os valores cognitivos e os outros tipos de valores operada por Longino. Para Haack, a ideia de que não há uma fronteira clara entre ciência e valores – ideia que permite a inclusão de valores na ciência – implica o pensamento de que “proposições sobre quais estados de coisas são desejáveis ou deploráveis podem ser evidência de que as coisas são ou não” (1993, p. 35). A filósofa concorda que o cientista tem seus próprios valores, e que não pode eliminá-los quando faz ciência, mas tal ciência só é boa se a escolha de teorias não for guiada por esses valores. Para Haack, aqueles que advogam um papel real e legítimo para os valores nas ciências “não podem estar no empreendimento da busca da verdade, (...) eles estão no ramo da propaganda” (p. 38).

Já a filósofa feminista Elizabeth Anderson reconhece que a não aceitação, por parte de Haack, da tese da subdeterminação – que permite valores na ciência – coloca desafios à teoria de Longino. Se, como Longino parece sustentar, a escolha entre teorias é feita por critérios com várias fundamentações, tanto epistêmicas quanto políticas, “então não seriam as considerações políticas supérfluas?”, pergunta Anderson (1995, p. 37). Para responder a essa pergunta, Anderson muda o foco da questão: deixando de lado uma teoria da evidência baseada na tese da subdeterminação, passa à procura do entendimento de quais são os fins da ciência.

Anderson, tal como Longino, considera falsa a proposição, defendida por Haack, de que o fim da ciência é apenas a verdade. A ciência não é uma coleção arbitrária de fatos verdadeiros. Para ela, a ciência busca respostas para questões que são significativas. Anderson nota que “muitas das questões que procuramos resolver através da ciência são motivadas por valores (...) e interesses – isto é, preocupações morais, políticas, culturais e econômicas advindas do contexto em que a ciência é praticada” (1995, p. 40). Sem uma questão – baseada em valores – guiando a pesquisa, não há como o cientista sequer escolher quais dados são relevantes ou não para seus fins.

Mas isso não é tudo. Para Anderson, o verdadeiro ideal da ciência é a imparcialidade, e não a ciência livre de valores. A imparcialidade científica é alcançada através de uma dupla justificação, normativa e evidencial: os valores que motivam a pesquisa devem ser justificados de um ponto de vista ético, e deve existir sucesso empírico na pesquisa guiada por esses valores. Como diz Anderson, “os valores (...) determinam quais fenômenos são tão significativos que uma teoria deve representá-los (...) e a evidência indica quando esses fenômenos são instanciados” (1995, p. 51). Dessa forma,

a presença dos valores na ciência não implica a passagem do “dever” para o “ser”, do normativo para o factual, como quer Haack.

Outra visão da questão dos valores na ciência, dessa vez mais simpática às ideias de Longino do que aquela de Haack, é oferecida pelo modelo da interação entre a ciência e os valores proposto por Hugh Lacey e Pablo Mariconda (2014). A atividade científica está composta por cinco momentos analiticamente separáveis: M_1 , o momento de adoção de uma estratégia; M_2 , de desenvolvimento da pesquisa; M_3 , de avaliação de teorias; M_4 , de divulgação, propaganda e marketing; e M_5 , aplicação do conhecimento científico.⁵ No primeiro momento, são determinadas as “prioridades e o direcionamento da pesquisa” (Lacey, 2010, p. 105), através da escolha da estratégia. Para Lacey, a estratégia é o elemento da metodologia científica responsável por restringir os tipos de teorias aceitas e selecionar os dados empíricos relevantes. Não há pesquisa científica sem a adoção de uma estratégia, pois sem ela é impossível separar o que é considerado significativo ou não na pesquisa. Podemos, então, considerar que o momento M_1 é aquele ao qual se refere Anderson ao tratar dos valores que guiam a pesquisa: a escolha do domínio de fenômenos a ser investigado relaciona-se a juízos de valor ético e social; esses valores também aparecem nos outros momentos da pesquisa, excetuado M_3 (cf. Lacey & Mariconda, 2014, p. 645-51). Nesse sentido, como entender a relação entre a estratégia e os valores?

Uma estratégia pode ser adotada por manter relações mutuamente reforçadoras com determinados valores. Lacey e Mariconda consideram que boa parte da ciência moderna, por exemplo, desenvolve-se sob certas estratégias (as estratégias descontextualizadoras, SDs), que restringem as teorias investigadas e avaliadas àquelas que fazem referência “à estrutura subjacente dos fenômenos, aos processos e interações de seus componentes, e às leis que os governam expressas tipicamente em forma matemática” (Lacey & Mariconda, 2014, p. 653), e que essas estratégias mantêm relações mutuamente reforçadoras com a perspectiva de valor do controle, fortalecida pelo capital e pelo mercado (p. 657). Como esses valores são amplamente adotados nos países industriais avançados e em suas instituições, a abordagem descontextualizada é praticada de maneira quase exclusiva em relação a outras abordagens.

Se no momento M_1 os valores influenciam apropriadamente a escolha das estratégias, no momento M_3 , de avaliação de teorias, eles não têm papel legítimo. É o ideal da imparcialidade: para que uma teoria seja aceita corretamente para um domínio específico, deve, em relação aos dados empíricos, “manifestar os valores cognitivos em alto grau de acordo com os mais rigorosos padrões disponíveis” (Lacey, 1999, p. 249). Para que a imparcialidade seja realizada, é necessário, então, que haja distinção entre valores cognitivos e não cognitivos, e que os últimos não entrem na consideração avaliativa das teorias. Dessa forma, não há espaço para os valores não cognitivos na aceitação de teorias.

⁵ No que se segue concentro-me especificamente no momento da avaliação cognitiva de teorias e hipóteses M_3 .

Esses dois momentos, M_1 e M_3 , permitem um melhor entendimento da noção de dupla justificação advogada por Anderson. O momento M_1 pode ser entendido como o lugar em que os valores tomam o seu lugar na ciência dirigindo-a em relação à escolha do domínio de investigação: a estratégia adotada tem relação com um complexo de valores, e restringe teorias e seleciona dados de forma que o cientista possa separar o que é ou não significativo para sua pesquisa. O momento M_3 pode ser entendido como a parte evidencial: é aqui que se julga a possibilidade da teoria ser aceita de acordo com o ideal da imparcialidade. Por ser evidencial, esse momento não pode ser guiado por valores, com o risco de um círculo vicioso entre desejo e fato. Como sintetizam Lacey e Mariconda,

(...) a longo prazo, a adoção de [uma estratégia] depende de sua fecundidade, isto é, de sua capacidade em aumentar o corpo de conhecimento científico estabelecido; nesse sentido, há uma forte restrição empírica na adoção de estratégias (2014, p. 647).

A partir desse ponto de vista, quando Longino advoga que as heurísticas são locais e provisórias (isto é, que os valores cognitivos são ligados a valores sociais, não havendo uma distinção relevante entre eles),⁶ não estaria considerando a diferença dos momentos da atividade científica, principalmente entre o momento M_1 , em que os valores influenciam propriamente a estratégia e, portanto, o tipo de teoria e os dados empíricos relevantes, e o momento M_3 , em que a estratégia prova ser fecunda ao propor teorias que revelam possibilidades reais da natureza significativas para o complexo de valores que interage com a estratégia em questão, fecundidade essa expressa em teorias que manifestam os valores cognitivos em alto grau. Essa diferença entre os momentos depende de uma distinção rígida entre os valores cognitivos e os demais, da garantia de que os primeiros não sejam locais e das diferentes aplicações dos valores (cognitivos e outros) nos momentos adequados da atividade científica.

Longino também não faria uma distinção entre as várias instâncias analíticas agrupadas sob o rótulo comum de “aceitar uma teoria”. Para Lacey, há três atitudes possíveis em relação a uma teoria: aceitar imparcialmente uma teoria de um domínio especificado de fenômenos; adotar uma teoria; e endossar uma hipótese teoricamente articulada (cf. Lacey, 2017). Enquanto a primeira atitude refere-se ao ideal da imparcialidade, isto é, de que as teorias devem manifestar em alto grau os valores cognitivos, e isso independentemente da perspectiva de valor com a qual a estratégia mantém relações mutuamente reforçadoras, as outras duas dizem respeito à utilização de uma teoria ou hipótese, baseada no fato de que elas podem ser úteis em um contexto de

⁶ Lacey afirma que o argumento de Longino, tal como apresentado no artigo ora publicado, propõe-se a mostrar que os valores cognitivos e os demais valores são tão imbricados que não se pode fazer uma distinção metodológica importante entre eles (cf. Lacey, 2017).

pesquisa em andamento ou de tomada de decisões – nesse caso, essas duas instâncias são aquelas em que valores sociais (e outros) atuam como motivadores da adoção ou endossamento de uma teoria/hipótese. Essas diferenças de atitude justificariam metodologicamente a distinção clara entre os valores cognitivos e os demais valores, sob pena de que teorias/hipóteses sejam consideradas como itens seguros do conhecimento científico quando na verdade não o são – e isso por não terem sido aceitas de acordo com o ideal da imparcialidade. Assim, Lacey considera que os itens da lista de valores de Longino não são propriamente cognitivos (exceto a adequação empírica), mas valores que podem ser manifestados quando da adoção ou endossamento de teorias, com vistas a manifestar, seja no presente ou no futuro, a fecundidade da estratégia feminista e a avançar na realização do ideal da abrangência (cf. Lacey, 1999, p. 214-8; Lacey, 2017).

Longino e Lacey divergem na questão do status dos valores cognitivos. Para Lacey, esses valores devem ser distintos dos diversos valores não cognitivos e universais no momento da avaliação de teorias, ou seja, devem ser utilizados como critérios de avaliação de teorias advindas de quaisquer estratégias, sejam quais forem os valores com os quais essa estratégia mantenha relações mutuamente reforçadoras. Os diversos valores não cognitivos têm lugar legítimo nos vários momentos da atividade científica, exceto no momento de avaliação das teorias, que é feita a partir de valores essencialmente diferentes: os valores cognitivos.

Já para Longino, esses últimos não são nem essencialmente distintos de outros tipos de valores, nem universais: sua escolha e adoção é pragmática, provisória, e depende dos objetivos que determinado grupo estipule para a ciência; no caso das feministas, esse objetivo é “revelar a operação de gênero” (Longino, 2017, p. 48), e os valores cognitivos são estabelecidos de acordo com o tipo de teoria que se espera que ajude na obtenção desses resultados; são, dessa forma, estreitamente ligados aos diversos contextos (que não os puramente epistêmicos) da pesquisa e dos grupos que a desenvolvem. Além da adequação empírica, quaisquer conjuntos de valores cognitivos seriam adotados por causa de uma relação dialética com valores sociais, tornando desejável que cada grupo, com seus diversos valores, explicitasse seus próprios valores cognitivos; essa explicitação faz parte, aliás, do processo de crítica pública da ciência que Longino defende. Essa relação dialética entre os diversos valores, que liga cada valor cognitivo à obtenção de um determinado fim, significa que, no fim das contas, “os padrões em si mesmos não podem ser dicotomizados em cognitivos e sociais” (Longino, 1994, p. 481).

É interessante notar o tipo de racionalidade pressuposta nas ideias de Longino e Lacey. Como afirmei, as várias filosofias feministas da ciência (incluindo a de Longino) podem ser caracterizadas como formas de uma epistemologia social. A divergência entre os dois autores acerca da essencialidade da distinção entre valores cognitivos e

não cognitivos pode ser entendida como, na base, uma divergência acerca da validade dessa epistemologia. Para Lacey, o indivíduo poderia ter acesso imediato aos valores cognitivos, sem a mediação social, o que legitimaria a distinção entre os tipos de valores. Isso não faz, entretanto, com que a posição de Lacey caia inevitavelmente no individualismo egoísta (cf. Ramos, 2014). Para Longino, não há essa possibilidade, já que o sujeito do conhecimento é a comunidade, e não o indivíduo; de fato, “os processos cognitivos [incluindo a avaliação das teorias] são eles próprios sociais” (cf. Longino, 2015, *on line*), e o que fundamenta a objetividade é a crítica comunitária dos produtos da ciência (cf. Crasnow, 2004, p. 287-8). ☞

Rodrigo CRISTINO DE FARIA

Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, Brasil.
rocrisfar@gmail.com

Situating Longino in the debate on the values in science

In this note, I try to relate the ideas of Helen Longino – as presented in her paper “Values, heuristics and policy of knowledge” – with those of other philosophers, especially concerning the matter of values in science. After introducing the role of values in science taking Thomas Kuhn as my starting point, I present some ideas of Longino. Next, I try to relate these ideas to those of other philosophers of science, including those who do not accept the presence of values in science, such as Susan Haack, as well as others who accept them, albeit more or less differently from Longino, such as Elizabeth Anderson and Hugh Lacey.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFF, L. & POTTER, E. (Ed.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993.
- ANDERSON, E. Knowledge, human interests, and objectivity in feminist epistemology. *Philosophical Topics*, 23, 2, p. 27-58, 1995.
- ANTONY, L. Sisters, please, I'd rather do it myself: a defense of individualism in feminist epistemology. *Philosophical Topics*, 23, 2, p. 59-94, 1995.
- CRASNOW, S. Objectivity: feminism, values, and science. *Hypatia*, 19, 1, p. 280-91, 2004.
- GRASSWICK, H. Feminist social epistemology. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2013. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-social-epistemology/>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- GRASSWICK, H. (Ed.). *Feminist epistemology and philosophy of science: power in knowledge*. Dordrecht: Springer, 2011.

- HAACK, S. Epistemological reflections of an old feminist. *Reason Papers*, 18, p. 31-43, 1993.
- HARDING, S. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- _____. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”? In: ALCOFF, L. & POTTER, E. (Ed.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993. p. 49-82.
- INTEMANN, K. Diversity and dissent in science: does democracy always serve feminist aims? In: GRASSWICK, H. (Ed.). *Feminist epistemology and philosophy of science: power in knowledge*. Dordrecht: Springer, 2011. p. 111-32.
- KUHN, T. Objectivity, value judgment and theory choice. In: KUHN, T. *The essential tension*. Chicago: University of Chicago Press, 1977. p. 320-39.
- LACEY, H. *Is science value free? Values and scientific understanding*. London: Routledge, 1999.
- _____. Aspectos cognitivos e sociais das práticas científicas. *Scientiae Studia*, 6, 1, p. 83-96, 2008.
- _____. *Valores e atividade científica 2*. São Paulo: Scientiae Studia/Editora 34, 2010.
- _____. A imparcialidade e a responsabilidade dos cientistas. *Scientiae Studia*, 9, 3, p. 487-500, 2011.
- _____. Distinguishing between cognitive and social values. In: ELLIOTT, K. C. & STEEL, D. (Ed.). *Science and values: current controversies*. New York: Routledge, 2017. p. 15-30.
- LACEY, H. & MARICONDA, P. R. O modelo das interações entre as atividades científicas e os valores. *Scientiae Studia*, 12, 4, p. 643-68, 2014.
- LLOYD, E. Feyerabend, Mill, and pluralism. *Philosophy of Science*, 64, p. S396-S407, 1997.
- LONGINO, H. In search of feminist epistemology. *The Monist*, 77, 4, p. 472-85, 1994.
- _____. Gender, politics, and the theoretical virtues. *Synthese*, 104, p. 383-97, 1995.
- _____. Cognitive and non-cognitive values in science: rethinking the dichotomy. In: NELSON, L. H. & NELSON, J. (Ed.). *Feminism, science and the philosophy of science*. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1996. p. 39-58.
- _____. *The fate of knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- _____. The social dimensions of scientific knowledge. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/scientific-knowledge-social/>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- _____. Valores, heurística e política do conhecimento. *Scientiae Studia*, 15, 1, p. 39-57, 2017.
- MONTON, B. (Ed.). *Images of empiricism: essays on science and stances with a reply from Bas C. van Fraassen*. New York: Oxford University Press, 2007.
- NELSON, L. H. & NELSON, J. (Ed.). *Feminism, science and the philosophy of science*. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1996.
- POTTER, E. Gender and epistemic negotiation. In: ALCOFF, L. & POTTER, E. (Ed.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993. p. 161-86.
- _____. *Feminism and philosophy of science*. New York: Routledge, 2006.
- RAMOS, M. de C. A ideia de racionalidade subjacente ao modelo das interações entre a ciência e os valores: florescimento cognitivo, humano e da vida. *Scientiae Studia*, 12, 4, p. 711-26, 2014.
- VAN FRAASSEN, B. From a view of science to a new empiricism. In: MONTON, B. (Ed.). *Images of empiricism: essays on science and stances with a reply from Bas C. van Fraassen*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 337-83.